

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO LESTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: VALE DOS RIOS PIRANGA E PARAIBUNA (1694-1835)*

Patrício A. S. Carneiro¹
Rafael E. S. Matos²

Resumo

Na literatura criou-se o dogma de que a ocupação do leste de Minas só aconteceu no decurso das primeiras décadas do século XIX, devido à crise da mineração e ao avanço do café. Todavia, na época colonial, os registros do dízimo já indicam a formação de dois sistemas agrários: o mercantil simples (ou camponês) e o escravista latifundiário. A retração da exploração do ouro promoveu uma maior participação do primeiro conjunto de lavradores no abastecimento interno, entretanto após as duas primeiras décadas do oitocentos, a expansão do café desencadeou a reconcentração da agropecuária comercializável no extrato dos médios e grandes lavradores.

Palavras-Chave: Geografia Rural, Zona da Mata Mineira, Ocupação e Povoamento, Fazendeiros e Camponeses, Período Colonial.

Sessão: História Econômica e Demografia Histórica
H - 5. A formação do espaço econômico mineiro

* Este trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado do primeiro autor (*Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835*), defendida sob a orientação do segundo autor.

¹ Mestre em Geografia pelo IGC/UFMG.

² Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

A Formação do Espaço Agrário no Leste da Capitania de Minas Gerais: vale dos Rios Piranga e Paraibuna (1694-1835)

I. Introdução

No período colonial, eram vários os sertões na percepção dos moradores da Capitania de Minas Gerais e para as autoridades coloniais. Para os habitantes da Comarca do Rio das Mortes, os sertões eram os campos do alto São Francisco, os matos do vale do Xopotó e os precipícios e boqueirões da serra da Mantiqueira. Para os da Comarca de Sabará, o médio vale do rio São Francisco. E para os da Comarca de Vila Rica, as florestas dos vales dos rios Doce e Pomba, respectivamente, “infestadas” de Botocudos e de Coropós e Coroados.

As faixas orientais das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, no leste da capitania, formavam um espaço conhecido sob o título de *áreas proibidas* ou *sertão do leste*. Em termos de localização, abrangia os seguintes conjuntos com suas respectivas divisas: a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e de Vila Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois compreendia os limites litigiosos na divisa entre as Capitâncias de Minas Gerais e do Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale do rio Paraíba/Paraibuna. No centro da área, destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados (no vale do rio de mesmo nome).

No bojo da literatura acerca da formação de Minas Gerais criou-se o dogma de que a ocupação desse Leste mineiro (hoje correspondente à atual Zona da Mata) só ocorreu no decorrer das duas primeiras décadas do século XIX, em função do decréscimo da extração aurífera, do afrouxamento das proibições portuguesas de devassamento das áreas não povoadas na capitania e da introdução do café³. Contudo, a incorporação territorial de parte da “Zona da Mata” remonta à primeira metade do século XVIII. Das chamadas minas gerais, os desbravadores adentraram pelos espaços fronteiriços da região mineradora (Itaverava, Guarapiranga e Barra Longa) e de Borda do Campo (Planalto de Barbacena). O objetivo foi introduzir a agropecuária, a extração mineral e vegetal e/ou o projeto de aldeamento dos índios. Contudo, a estrutura da maioria dos povoados não teve a mesma expressão que os da zona mineradora central, onde a forma de aglomeração se desdobrou em distritos com feições nitidamente proto-urbanas.

II. Os Registros de Pagamento do Dízimo

A principal fonte utilizada neste trabalho foram os registros de pagamento do dízimo, os quais incidiam sobre a produção agrícola e pecuária. A sua cobrança teve início em 1704 e findou em 1839. Os valores versavam sobre um período de três anos. Em 1750, por exemplo, o contrato se iniciava no 1º dia de agosto e findava no último dia de julho de 1753⁴. A partir de 1805, os registros tornaram-se anuais. Nesta pesquisa foram coletadas algumas séries temporais de freguesias da Mata e entorno como as do Caminho Novo, Simão Pereira, Engenho do Mato, Piranga, Sumidouro e Itaverava.

Na cobrança do dízimo, os contratadores deveriam fazer “toda a possível diligência”, consultando às pessoas mais “fidedignas” da área, informações sobre os cultivadores e criadores para, então, proceder ao exame minucioso do estado da atividade agropastoril. Cabia ao contratador, juntamente com o lavrador ou o administrador da fazenda, a feitura de um prognóstico quanto à

³ Ver, por exemplo, as obras seguintes: Valverde (1958, p.25), Pedrosa (1962, p.199), Mercadante (1973, p.22), Prado Júnior (1977, p.75-78), Blasenheim (1982, p.16-17), Castro (1987, p.41), Aguiar (2003, p.25), Paula (2006, p.3) etc.

⁴ Não há disponibilidade de séries temporais completas. Ademais, algumas freguesias da Mata, a exemplo de Rio Pomba, só apresentam registros para as décadas de 1820 e 1830. Entretanto, é possível efetuar certas comparações como para a freguesia de Piranga que possui informações nos anos de 1750, 1805, 1806, 1807 (incompleto) e 1828.

produção agrária que o segundo esperava obter no triênio. O valor estabelecido era lançado sob a forma de créditos no livro da administração fazendária. Isto significa que o agricultor estava avançado (avença significa ajuste, combinação) e se comprometia a pagar o montante especificado. O dízimo deveria ter uma grande abrangência, pois nas fazendas de maior lote era obrigatório que o contratador efetuasse uma “exata informação” inclusive das miunças, por mais “módicas” que fossem, e dos frutos e criações das rocinhas dos agregados, os quais obrigatoriamente teriam que ser avançados⁵.

A unidade de medida dos lançamentos era registrada em oitavas, frações de oitavas e/ou vinténs de ouro em pó⁶. Mas, o que representava o valor avançado em termos econômicos? Prado Júnior (1977, p.322) relatou que correspondia a um imposto sobre 10% da *produção bruta*. Carrara (2007, p.233) também concorda com tal percentual e ressalta que o dízimo versava sobre a *produção agrária mercantil*. Portanto, os números trazem a *décima parte* da produção agrária comercializável no período de tempo em questão. Decerto era uma estimativa, mas baseada em um padrão semelhante às produções anteriores da mesma propriedade.

Vejamus um exemplo. Apesar da maioria dos registros não mencionarem o gênero tributado, o lavrador Manoel Francisco da Silva, nos Geraes da freguesia de Congonhas, foi lançado em 20 ¼ oitavas (24\$300 réis) em 1759, referentes a “1 crédito de 3 anos da sua roça de 140 alqueires de milho”, que o avançador e o lavrador estipularam corresponder à décima parte do que se esperava vender no triênio (1759-1761), isto é, 1.400 alqueires⁷. Cabe ressaltar, então, que se multiplicarmos o dízimo por dez encontraremos um valor próximo ao da produção agrícola e pastoril posta em circulação.

2.1. Notas sobre a Pequena Produção Mercantil no Dízimo

A produção voltada exclusivamente para o autoconsumo, ou seja, que não era vendida, não está captada no dízimo que tributava apenas a produção agrária comercializável. Contudo, o dízimo traz o excedente produtivo correspondente às necessidades exteriores de cada unidade camponesa, notável nas avenças diminutas e em alguns lançamentos que especificam o termo *miunças*. De posse do segundo conjunto de registros, a assimilação da pequena produção mercantil parece simples, já que se identificássemos todos os valores de miunças nos lançamentos poderíamos considerar como pequena produção aquela com montante inferior ao maior valor de miunça encontrado, neste caso, 8 oitavas ou 9\$600 réis, pagos por Manoel Monteiro na freguesia de Itaverava em 1753⁸.

Mas, em vista da baixa ocorrência de registros que mencionam miunças e, contraditoriamente, do crescimento da base de lavradores a partir da segunda metade do dezoito, até que ponto a medida igual ou inferior a oito oitavas (9\$600 réis) é uma representação fidedigna da categoria pequena produção mercantil? É consenso que, a partir da segunda metade do setecentos, a crise da mineração acentuou a expansão da atividade agropecuária⁹. Enquanto naquela atividade as datas estiveram concentradas em poucas mãos, nesta, o acesso às terras de cultura pelos pequenos proprietários provavelmente foi menos desigual, principalmente pela fronteira aberta, poucas diferenças qualitativas no processo material de produção (instrumentos básicos) e menor exigência

⁵ Os registros de miunça correspondem ao tributo sobre a produção diminuta, geralmente camponesa. Arquivo Público Mineiro (APM), Casa dos Contos (CC), Livro 1159, Filme 23, Folha 4v e seguintes (Instrução do General Luiz Diogo Lobo da Silva, 1761).

⁶ No período entre agosto de 1751 até 1823, a oitava de ouro em pó valeu o equivalente a Rs 1.200 réis, a fração de ¼ correspondia a 300 réis, e 1 vintém a 37,5 réis. A partir de 1º de setembro de 1808, o ouro em pó, principal moeda de troca da capitania, deixou de circular livremente. Os valores do dízimo posteriores a esta data passaram a ser lançados em réis.

⁷ APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Fotograma (Ft.) 259, Registro (Re.) 370.

⁸ APM, CC, Livro 2043, Filme 131, Folha 191, Re. 183.

⁹ No Termo de Mariana, entre os períodos de 1750-70, 1780-1810 e 1820-50, houve uma inversão das unidades produtivas com mineração a favor das unidades sem mineração. Processo semelhante ocorreu com o percentual da população escrava ocupada nas unidades produtivas (ALMEIDA, 1994, p. 90-91).

de investimento em mão-de-obra escrava. Especialmente nas freguesias de fronteira, há um grande volume de lavradores e valores incipientes do dízimo, pagos durante toda a vigência do tributo.

Para termos uma comprovação aproximada da medida estabelecida, uma alternativa é bastante válida: consultar os inventários *post-mortem* de alguns pagadores do dízimo com valores acima e abaixo de oito oitavas¹⁰. Neste sentido, a Tabela 1 destaca as principais características de vinte e três inventariados (20,7% dos analisados) que apresentaram correspondência com as avenças do dízimo. A definição das duas principais categorias de produtores (pequenos ou camponeses roceiros e médios e grandes lavradores ou fazendeiros) é imprescindível para traçarmos a conformação dos dois principais sistemas agrários na Mata: mercantil simples e latifundiário.

No primeiro grupo de lavradores, dispomos de inventariados que não se enquadram na pequena produção mercantil. A comprovação está no montante e na composição do *monte-mor* que, a exceção do de Antônio Monteiro Caldas, é bastante elevado, destacando-se a presença de um ou mais imóveis e de médios e grandes plantéis de cativos. Os valores pagos de dízimo neste grupo variam de 14\$280 (11 $\frac{3}{4}$ oitavas e 5 vinténs) a 208\$800 réis (174 oitavas). A título de exemplo, a viúva de José Ferreira Maciel, Mariana Joaquina Ribeira, avençada com o menor valor no dízimo (14\$280 réis em 1828), possuía, em 1820, uma riqueza calculada em 2:894\$365 réis. O patrimônio estava distribuído entre imóveis, benfeitorias, 15 escravos, colheitas, enxadas (7), foices (11), alavancas (2), machados (3), animais (29 suínos, 8 bovinos, 12 de tiro e uma tropa), além de metais e móveis¹¹. Todas as unidades produtivas dessa faixa podem ser classificadas como médias ou grandes.

No segundo conjunto de lavradores, as características dos inventariados comprovam a assertiva de que se trata de produção camponesa. A coluna relativa ao plantel de escravos, com presença de até cinco cativos, pode parecer contraditória, tendo em vista a associação unívoca entre campesinato e mão-de-obra familiar. Todavia, Prado Júnior (1987, p.42), Costa (1995, p.12), Gorender (1998, p.296) e Carrara (2007, p.62) enfatizaram que, apesar da capacidade de acumulação limitada, os pequenos lavradores chegaram a adquirir escravos, sobretudo num momento de maior prosperidade. A análise dos inventariados reunidos neste conjunto mostra que o valor do *monte-mor* varia de 295\$709 a 976\$542 réis. Os valores pagos de dízimo se encontram entre 900 (3/4 oitavas) e 9\$900 réis (8 $\frac{1}{4}$ oitavas). Antônio João foi o inventariado com o menor monte-mor, avençado no dízimo em 4\$800 réis (4 oitavas). Morador do arraial do Bacalhau, em 1785, ano do seu falecimento, possuía apenas 295\$709 réis, distribuídos entre 2 enxadas, 2 foices, 1 machado, 2 bovinos e dívidas ativas¹².

Entre os pequenos lavradores, o avençado com o maior valor no dízimo foi Patrício Barroso, em 1805. Após 10 anos, no inventário da sua esposa, Bebiana Marques Ferreira, o patrimônio de 648\$900 réis era composto por metais, móveis, 2 enxadas, 2 foices, 1 machado, uma morada de casas com quintal cercado de árvores de espinho com uma porção de terras e matas virgens, moinho, monjolo, 100 alqueires de milho, 2 bovinos, 1 equino, 2 muares, 3 tropas, além de 4 escravos¹³.

¹⁰ A consulta a todos os pagadores do dízimo que abriram inventário nas freguesias ora analisadas seria mais correto para a identificação de padrões da paisagem rural. Em vista do volume acentuado de documentos, essa tarefa não foi viável. Há de se ressaltar também um problema de representatividade dos inventários, pois sua abertura só justificava se houvesse algum bem a inventariar ou caso o falecido deixasse órfãos a serem tutelados. Portanto, um grande contingente da população rural não está contemplado nessa listagem, especialmente se tratando da população camponesa, cuja natureza do modo de produção, exíguo, explica as escassas fontes deixadas pela categoria. Na nossa pesquisa, limitamo-nos à análise de 111 inventários da freguesia de Guarapiranga, datados entre 1749 e 1820, disponibilizados por Oliveira (2006).

¹¹ ACSM, Códice 133, Auto 2787, 1º Ofício. Arquivo Nacional (AN), CC, Livro 278, Filme 29, Ft. 633, Re. 45.

¹² ACSM, Códice 39, Auto 901, 1º Ofício. APM, CC, Livro 2040, Re. 345.

¹³ ACSM, Códice 69, Auto 1462, 1º Ofício. AN, CC, Livro 3047, Filme 174, Ft. 0289, Re. 254.

Tabela 1 – Cruzamento de Alguns Inventariados da Freguesia de Guarapiranga com Avenças do Dízimo (1750-1830) ¹

Nome do Inventariado (Médios e Grandes Lavradores)	Data	Monte-mor (Réis) ²	Imóveis	Cativos	Nome do Avençado	DT Dízimo	Valor (Oitavas)	Valor (Réis)
1. João de Arruda Câmara	1765	7:348\$625	2	42	O próprio	1750	174	208\$800
2. Miguel de Matos	1770	3:543\$765	3	17	O próprio	1750	95	114\$000
3. Joana Pires Farinha	1749	3:080\$080	1	12	Miguel de Matos ³	1750	95	114\$000
4. Bento Pacheco do Amaral	1755	6:400\$000			O próprio	1750	51	61\$200
5. Capitão Antônio Alvarez Ferreira	1750	17:622\$720	11	58	Ana Cabral da Câmara ³	1750	46	55\$200
6. Ten.Cel. Gregório de Matos Lobo	1785	4:529\$875	1	60	O próprio	1750	32	38\$400
7. Faustina Gonçalves	1750	1:172\$250	1	8	Antônio Gonçalves Pedrozo ³	1750	15	18\$000
8. Manoel Luis Sampaio	1780	2:869\$900	2	26	O próprio	1750	13	15\$600
9. Antônio Monteiro Caldas	1765	751\$225		10	O próprio	1750	13	15\$600
10. João Martins Medeiros	1810	1:463\$500	1	8	O próprio	1805	13	15\$600
11. Veríssimo da Silva	1785	2:291\$065	2	15	O próprio	1750	12	14\$400
12. José Ferreira Maciel	1820	2:894\$365		15	Mariana Joaquina Ribeira ³	1828		14\$280
Nome do Inventariado (Pequenos Lavradores)	Data	Monte-mor (Réis) ²	Imóveis	Cativos	Nome do Avençado	DT Dízimo	Valor (Oitavas)	Valor (Réis)
1. Bebiana Marques Ferreira	1815	648\$900	1	4	Patrício Barroso ³	1805	8 1/4	9\$900
2. Antônio da Silva Ribeiro	1770	779\$362	1	3	O próprio	1750	6	7\$200
3. Antônio Francisco	1765	453\$200	1	3	O próprio	1750	6	7\$200
4. Maria de São José (crioula)	1810	976\$542	1	4	A própria	1805	5	6\$000
5. Antônio João	1785	295\$709		0	O próprio	1750	4	4\$800
6. Maria Vieira do Sacramento	1820	317\$725	1	3	Luís Lucas Valadão ³	1805	4	4\$800
7. Joaquim Alvarez de Souza	1810	395\$673	1	5	O próprio	1805	3	3\$600
8. Thereza Maria de Jesus	1810	916\$650	1	5	Joaquim Soares Ribeiro ³	1805	3	3\$600
9. Jacinto Furtado de Mendonça	1810	428\$850	1	3	O próprio	1805	3	3\$600
10. Nicolau Martins	1800	767\$200	1	4	Josefa D. de Souza ³	1805	2	2\$400
11. Manoel Martins Paiva	1800	299\$778	1	0	Clara Maria de Jesus ³	1805	3/4	900

Notas: ¹ Dentre os 111 inventários foram selecionados apenas os que apresentaram correspondência com as avenças do dízimo. ² As dívidas passivas foram excluídas do cálculo devido à ausência de regularidade. ³ Viúvo (a) do inventariado. Fonte: ACSM (Inventários *post-mortem* do 1º e 2º Ofícios, coletados por Oliveira, 2006). APM, CC, Livro 2040. AN, CC, Livros 3047 e 278 (Registros dos dízimos de Guarapiranga).

Após as considerações anteriores, resultantes do cruzamento dos inventários com os registros de avença do dízimo, podemos deduzir que os lavradores que pagaram um montante do tributo igual ou inferior a 8 oitavas (9\$600 réis) podem se enquadrados como representantes da categoria pequena produção mercantil. As discrepâncias nas riquezas acumuladas pelos camponeses, mostradas na tabela anterior, são perfeitamente concebíveis: sinalizam capacidades diferenciadas de sua inserção/participação na atividade agropastoril mercantil, em função da interferência de vários fatores como proximidade de centros consumidores e de vias de comunicação, disponibilidade de mão-de-obra (cativa e/ou familiar), tamanho da terra etc.

III. O Campesinato da Minas Colonial

No Brasil colonial, o predomínio da grande propriedade, da escravidão e de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas faz do campesinato um personagem particular. Este lavrador reclama uma teoria própria que não se resume ao simples transplante daquelas formuladas para o camponês europeu. Segundo Wanderley (1996, p.8-15), a construção do espaço camponês brasileiro se fez, na maioria dos casos, sob o signo da “precariedade estrutural”. Daí a elevada “instabilidade” das suas situações vividas como a busca do trabalho fora da unidade como forma de complementação da renda ou a mobilidade em direção às áreas de fronteira.

Na Minas Gerais colonial, no entorno dos distritos, dos caminhos para as minas e nas áreas de fronteira formou-se um campesinato que se ocupou na produção de gêneros alimentícios, composto pelos “marginalizados” ou “desclassificados” na hierarquia da sociedade mineradora como os quilombolas, os indígenas aldeados, os agregados, os homens pobres livres, posseiros ou proprietários, e, inclusive, os escravos. Embora ofuscada pelo setor dominante da economia rural e voltada prioritariamente para o autoconsumo, a produção camponesa para o mercado interno também foi uma atividade comercial importante na capitania.

Na definição teórica do campesinato, ele ainda representa um “fastígio intelectual (SHANIN, 1983, p.275)”. Há várias controvérsias em torno do conceito, considerado vago e amplo (CARDOSO, 2002, p.35). A própria tentativa de estabelecimento de um modelo esbarra na heterogeneidade social comportada pela categoria. Sem pretender esgotar a discussão, tentaremos definir o camponês a partir de alguns traços principais, privilegiando o critério econômico.

A base do trabalho é a família, característica fundamental da unidade camponesa. Todavia, em alguns casos, ocorre a presença de mão-de-obra estranha como agregados, parceiros e até escravos. Estes, todavia, representavam uma força de trabalho adicional, trabalhando lado a lado com o proprietário, ou constituíam a única alternativa em face da ausência de mão-de-obra familiar produtiva. As diferenças internas entre o campesinato, moldadas pelo tamanho da terra, do número de filhos, do grau de articulação com a sociedade envolvente e do fator locacional (alguns se encontravam isolados na fronteira e outros próximos dos centros urbanos ou das rotas de abastecimento) explicam o emprego, em maior ou menor medida, de mão-de-obra externa, particularmente a cativa. Bem como o recurso a atividades complementares, não agrícolas (manufatura, artesanato etc), lembrando-se que o cultivo da terra e a criação de animais constituem as ocupações centrais.

O objetivo fundamental é a subsistência. Isto garante a autonomia relativa do camponês na gestão das suas atividades agrárias frente ao grande proprietário e à sociedade envolvente sobre como decidir internamente o que plantar e como dispor do excedente. Este, quando comercializado, entra na circulação em sua forma simples, mediante conversão do produto vendido em dinheiro e do dinheiro em mercadoria. A venda do excedente assume, portanto, um fim específico: adquirir aquilo que não é produzido internamente, como sementes, instrumentos de trabalho, vestuários, utensílios domésticos e/ou cumprir as obrigações prescritas por aqueles que detêm o poder econômico e político, o que envolve o pagamento de tributos devidos ao Estado (por exemplo, os dízimos no período colonial) e à Igreja (taxas de casamentos, batizados etc).

O acesso *estável* à terra tem sido considerado por alguns autores como traço geral do campesinato, a exemplo de Cardoso (2002, p.20) e Fragoso (2002, p.117-118). É razoável pensar

que o acesso a uma parcela de terras, por meio da posse (agregado ou posseiro) ou do título (compra ou herança), esteve presente, especialmente, nas áreas de fronteira. A sua possibilidade não pode ser descartada, inclusive, em áreas de agroexportação, cuja concentração fundiária é elevada, como foi o caso de Juiz de Fora durante o Império (ver Souza, 2003, p.42-54 e 179-209). Todavia, é arriscado caracterizar o acesso como estável, em se tratando do camponês brasileiro, geralmente marcado pela instabilidade (mobilidade) e precariedade (pobreza). Cândido (1977, p.203), no seu estudo clássico dos parceiros do rio Bonito na década de 1940, mostrou que a migração, advinda da “insegurança da ocupação da terra, perda de posse ou propriedade”, era uma das principais características do caipira paulista.

IV. Formação Espacial Camponesa no Alto Vale do Rio Doce

Na sociedade colonial, a população livre despossuída, especialmente agregados e posseiros, constituía, junto com os sitiantes, a classe camponesa possível da época numa formação social de base escravista (GORENDER, 1988, p.298). Nos vales dos rios Doce e Pomba, a fronteira agropecuária foi sinônimo de “terra livre”, liberdade e independência para os camponeses através da posse ou da propriedade. Com algumas ferramentas (foices, machados e enxadas), animais e sementes formava-se uma roça. As diferenças no processo material de produção eram mais quantitativas do que qualitativas, visto que era o tamanho e a diversificação da “fábrica” ou do “empreendimento” agrícola (quantidade de terras, escravos, atividades econômicas etc) que distinguiam as unidades produtivas. A fertilidade do solo era dada pelas cinzas decorrentes da queima da vegetação (abundante na área) e a sua renovação pela rotação dos cultivos. Quando da produção excedente, abria-se a possibilidade dos camponeses participarem, em pequena escala, da atividade mercantil.

Na freguesia de Guarapiranga, no vale do rio Piranga, entre os inventários analisados no período de 1749 a 1820, destacavam-se, em termos de cultivos, o milho, utilizado especialmente na produção de farinha de milho, angu e canjica, e o feijão. No quesito rebanho era comum a criação de porcos e a utilização de animais de tiro e tropa para o trabalho agrícola. Na pecuária bovina, o predomínio de pequenos plantéis, média de duas cabeças entre os inventariados, é indicador de uma atividade voltada prioritariamente para o consumo doméstico. Os gêneros cultivados, conjugados à pecuária suína, apontam para uma estreita ligação entre atividade agrícola roceira e produção voltada, principalmente, para o autoconsumo. O plantio generalizado do milho, segundo relatou Saint-Hilaire (1975, p.106), visava também à alimentação dos animais, sobretudo à engorda dos porcos.

A suinocultura teve também importância fundamental no abastecimento dos centros mineradores. O seu predomínio no conjunto dos rebanhos entre os inventários de Guarapiranga encontra explicação na dieta básica dos habitantes da antiga região das minas, consumidores da carne de porco e do toucinho, conforme relatou Mawe (1978, p.138-9) em 1809. Duas atividades econômicas de caráter nitidamente mercantil ainda sobressaíam. A primeira era a produção de fumos, notadamente no vale do rio Xopotó. A segunda consistia nos engenhos de produção de açúcar, aguardente e rapaduras, especialmente no distrito de Santo Antônio do Calambau.

Traçado um esboço geral da paisagem agrária em Guarapiranga, empreende-se uma análise geral da produção agropastoril mercantil em Minas por volta de meados do século XVIII, enfatizando a dinâmica dessa atividade em algumas freguesias localizadas na Mata e no seu entorno. Na Tabela 2 estão apresentados os créditos de dízimos da Capitania de Minas Gerais, no triênio de 1750 a 1753, distribuídos por freguesias, termos e comarcas. O período citado compreende um contexto no qual a exploração aurífera ainda se encontrava no ápice.

Na composição da produção agrária é notável a proeminência da Comarca de Vila Rica (40,55%), com o Termo de Mariana apresentando um valor relativo pouco superior ao de Ouro Preto (20,75 contra 19,80%). No segundo, todavia, se encontrava um maior valor médio da produção agrária por lavrador (458\$994 contra 342\$876 réis).

Tabela 2 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública, Capitania de Minas Gerais em 1750-3

Freguesias / Termos / Comarcas	NPD²	VTAR³	VPAT⁴	PER⁵	MED⁶
Antônio Pereira	46	1:035\$525	10:355\$250	0,45	225\$114
São Sebastião	31	1:090\$050	10:900\$500	0,47	351\$629
Camargos	53	1:733\$738	17:337\$375	0,75	327\$120
Cidade de Mariana	79	3:078\$675	30:786\$750	1,33	389\$706
São Caetano	81	3:152\$100	31:521\$000	1,37	389\$148
São José da Barra	72	3:752\$325	37:523\$250	1,63	521\$156
Inficionado	124	3:974\$063	39:740\$625	1,72	320\$489
Catas Altas	127	4:141\$500	41:415\$000	1,79	326\$102
Furquim	138	6:490\$688	64:906\$875	2,81	470\$340
Sumidouro	222	8:630\$325	86:303\$250	3,74	388\$753
Piranga	424	10:820\$813	108:208\$125	4,69	255\$208
Termo de Mariana (sub-total)	1.397	47:899\$800	478:998\$000	20,75	342\$876
Itatiaia	79	2:141\$588	21:415\$875	0,93	271\$087
São Bartolomeu	100	2:462\$400	24:624\$000	1,07	246\$240
Casa Branca	96	2:492\$063	24:920\$625	1,08	259\$590
Vila Rica	97	3:077\$625	30:776\$250	1,33	317\$281
Ouro Branco	80	3:412\$838	34:128\$375	1,48	426\$605
Cachoeira	114	6:200\$513	62:005\$125	2,69	543\$905
Itabira	127	6:799\$388	67:993\$875	2,95	535\$385
Congonhas do Campo	303	19:129\$388	191:293\$875	8,29	631\$333
Termo de Ouro Preto (sub-total)	996	45:715\$800	457:158\$000	19,80	458\$994
Comarca de Vila Rica (total)	2.393	93:615\$600	936:156\$000	40,55	391\$206
Pouso Alto	72	1:139\$138	11:391\$375	0,49	158\$214
Baependi	113	1:233\$075	12:330\$750	0,53	109\$122
Carrancas	71	1:874\$175	18:741\$750	0,81	263\$968
Rio Verde	161	1:912\$050	19:120\$500	0,83	118\$761
Aiuruoca	131	2:116\$650	21:166\$500	0,92	161\$576
São João Del Rey	404	12:696\$300	126:963\$000	5,50	314\$265
Termo de São João (sub-total)	952	20:971\$388	209:713\$875	9,08	220\$288
Prados	164	2:442\$675	24:426\$750	1,06	148\$944
Caminho Novo	19	2:832\$038	28:320\$375	1,23	1:490\$546
Itaverava	184	5:070\$375	50:703\$750	2,20	275\$564
São José	216	5:542\$650	55:426\$500	2,40	256\$604
Borda do Campo	181	5:900\$888	59:008\$875	2,56	326\$016
Carijós	223	8:629\$800	86:298\$000	3,74	386\$987
Termo de São José (sub-total)	987	30:418\$425	304:184\$250	13,18	308\$191
Comarca do Rio das Mortes (total)	1.939	51:389\$813	513:898\$125	22,26	265\$033
Raposos	81	639\$450	6:394\$500	0,28	78\$944
Congonhas do Sabará	123	1:255\$650	12:556\$500	0,54	102\$085
Rio das Pedras	100	1:506\$000	15:060\$000	0,65	150\$600
Rio das Velhas	104	1:861\$425	18:614\$250	0,81	178\$983
Pitanguí	331	5:600\$700	56:007\$000	2,43	169\$205
Roça Grande	255	6:948\$450	69:484\$500	3,01	272\$488
Curral Del Rey	245	8:002\$313	80:023\$125	3,47	326\$625
Sabará	320	9:162\$675	91:626\$750	3,97	286\$334
Termo de Sabará (sub-total)	1.559	34:976\$663	349:766\$625	15,15	224\$353
N. S. de Antônio Dias	90	1:530\$450	15:304\$500	0,66	170\$050
São Miguel	103	2:110\$800	21:108\$000	0,91	204\$932
Caeté	159	3:483\$188	34:831\$875	1,51	219\$068
Morro Grande	139	4:822\$800	48:228\$000	2,09	346\$964
Santa Bárbara	291	8:666\$850	86:668\$500	3,75	297\$830
Termo de Caeté (sub-total)	782	20:614\$088	206:140\$875	8,93	263\$607
Comarca do Rio das Velhas (total)	2.341	55:590\$750	555:907\$500	24,08	237\$466
Conceição do Mato Dentro	393	8:669\$250	86:692\$500	3,75	220\$592
Vila do Príncipe	341	9:132\$225	91:322\$250	3,96	267\$807
Paracatu	348	12:474\$638	124:746\$375	5,40	358\$467
Comarca do Serro Frio (total)	1.082	30:276\$113	302:761\$125	13,11	279\$816
Soma	7.755	230:872\$275	2:308:722\$750	100,0	297\$708

Notas: NPD² corresponde ao número de pagadores do dízimo. VTAR³ refere-se ao valor total avençado em réis no triênio. VPAT⁴ equivale ao valor da produção agrária trienal em réis (VTAR³ multiplicado por dez). PER⁵ corresponde ao percentual do valor da produção agrária trienal sobre o total da capitania. MED⁶ equivale ao valor médio da produção agrária trienal por lavrador. Fonte: APM, CC, Livros 2039, 2040, 2043 e 2044.

No período entre 1750 e 1828, os valores dos dízimos da produção agrária mercantil da zona mineradora central (Termos de Ouro Preto e Mariana) experimentaram acentuada redução, sobretudo os das freguesias do primeiro termo. É muito provável que o declínio da atividade agropastoril adveio da diminuição do volume de ouro em pó e da retração do mercado principal, concentrado na tradicional região das minas, onde parte dos distritos exibiu estagnação ou retração populacional. Isto indica uma estreita vinculação entre exploração do ouro, urbanização e mercantilização da agricultura em Minas.

Nas Comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes não é desprezível a importância da agropecuária que, em meados do setecentos, responderam, respectivamente, por 24,08 e 22,26% do total da capitania. A segunda, apesar de congregar o Termo de São João, com baixos valores médios de produção agrária, seria, ao longo da segunda metade do século XVIII, beneficiada pelo acentuado crescimento populacional, pela articulação com o mercado do Rio e, em seguida, pela vinda da família real em 1808¹⁴. Estes fatores desencadeariam a consolidação da comarca como centro por excelência da produção agrícola e pastoril em Minas, reforçando a queda contínua do papel outrora dominante da mineração.

Em 1750, a freguesia de Piranga, no alto vale do rio Doce, possuía o maior número de lavradores avançados da capitania, 424, seguida pelas de São João Del Rey, Conceição do Mato Dentro, Paracatu e Vila do Príncipe, respectivamente, com 404, 393, 348 e 341. O primeiro dado não é surpresa, devido à condição de fronteira aberta da freguesia, portanto, com abundância do principal fator de produção: a terra. Guarapiranga foi um dos primeiros povoados a surgir nos sertões da ainda Capitania do Rio de Janeiro. À época, o seu espaço era caracterizado pelo predomínio do *mato* denso e abundante e das tribos indígenas dos Puris e Botocudos. Palco das primeiras descobertas de ouro no final do século XVII, localizava-se na borda da região mineradora. Num documento escrito por Luís José Ferreira de Gouveia para o Senado da Câmara de Mariana em meados do setecentos é relatado que em 1694 foi aberto um caminho ligando o arraial do Sumidouro (hoje Padre Viegas) ao de Guarapiranga. Os paulistas trabalharam no córrego das Almas e construíram uma “capela ou oratório” com a invocação de Nossa Senhora da Conceição no segundo arraial citado, onde passou a celebrar missa um frade chamado frei José de Jesus. No ano de 1695 “fizeram igreja” com a mesma invocação e, por provisão do Bispo do Rio de Janeiro, veio para ela o padre Roque Pinto de Almeida (COSTA MATOSO, 1999, p.257).

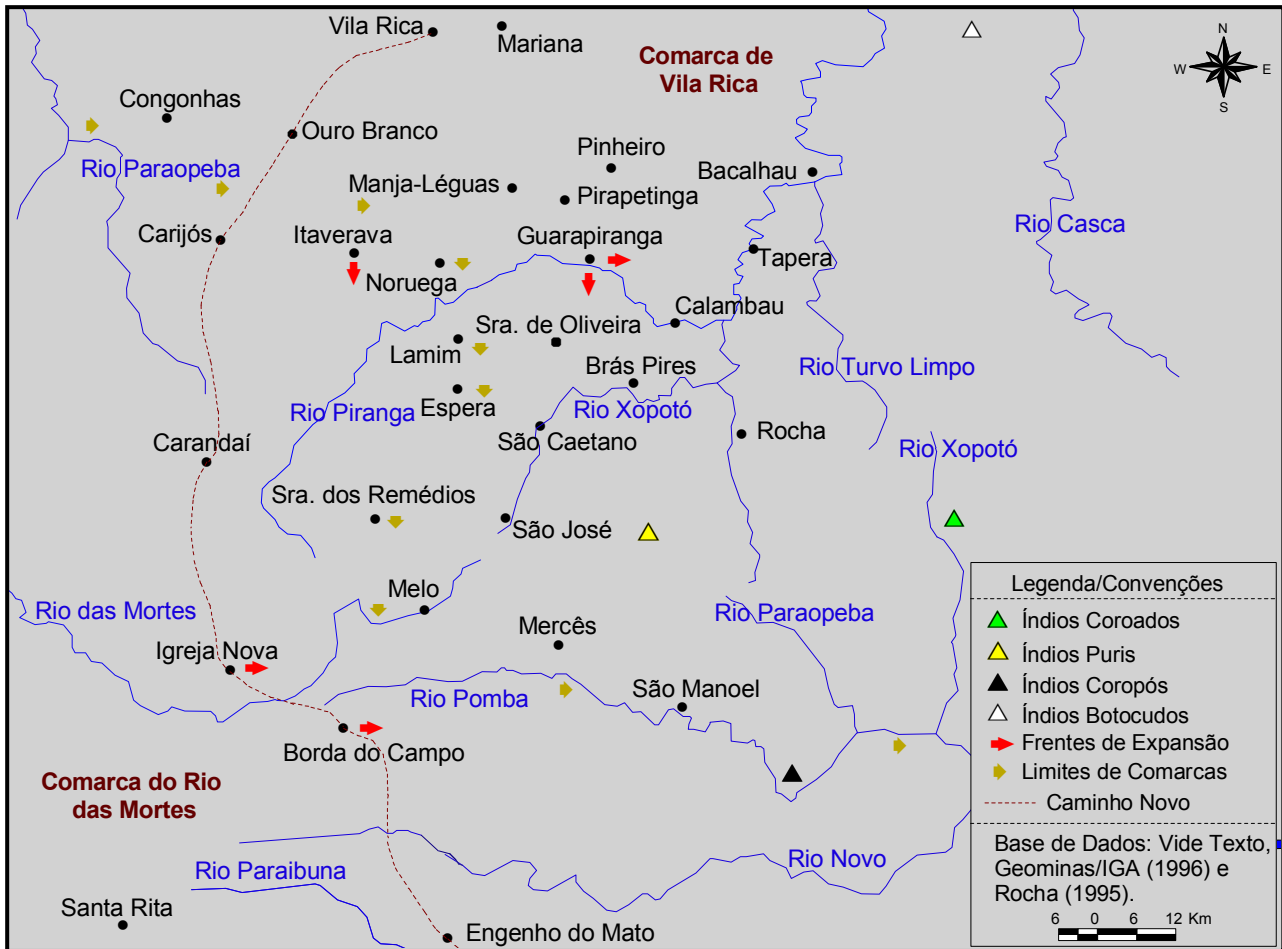
A existência de riquezas minerais, a exemplo dos veios auríferos, exerceu forte incentivo ao deslocamento da frente pioneira em Guarapiranga. Ademais, o vale do rio Piranga estava disponível ou aberto à ocupação: era a porta de passagem para o deslocamento da fronteira demográfica, exibindo características físicas de solo, relevo e clima muito favoráveis ao desenvolvimento e à implantação das atividades agropastoris, especialmente se comparadas às características da região central das minas.

O destaque de Guarapiranga foi reconhecido pela administração colonial que, em 1724, elevou o distrito à condição de Freguesia. No mesmo ano, na carta régia do Rei de Portugal que promoveu vinte igrejas mineiras à condição de vigararia com título colativo, pois possuíam “alto rendimento e número de fregueses”, constava a matriz de Guarapiranga (COSTA MATOSO, 1999, p.384-386). O citado documento escrito por Luís José Ferreira de Gouveia acerca do território da freguesia de Guarapiranga descreve o amplo povoamento no vale do rio Piranga, onde os arraiais e parte dos povoados podem ser observados na Figura 1. Dentre os povoados, figuravam os de Manja Léguas, Calambau, Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Oliveira e São Pedro (Senhora de Oliveira), Nossa Senhora do Rosário ou Brás Pires, Tapera (Porto Firme) etc. Dentre os arraiais, sobressaíam Guarapiranga, São Caetano, Barra do Bacalhau, Pirapetinga e Pinheiro. Os principais afluentes da margem esquerda do rio Piranga, Bacalhau e Pirapetinga, segundo o relato, estavam

¹⁴ O Rio de Janeiro representava o principal centro urbano e comercial brasileiro no início do século XIX. Os viajantes Spix e Martius (1981, p.52), que passaram pela capital na época, relataram que “antes da vinda do rei”, o total da população do Rio consistia “numas cinqüenta mil almas. No ano de 1817, em compensação, constava a cidade e o que se inclui nela, mais de cento e dez mil habitantes”. Entre 1808 e 1818, vieram da Europa para o Rio “uns vinte e quatro mil portugueses”.

ocupados com lavras, roças e capelas da foz até as cabeceiras. A freguesia dispunha de capacidade para se fazer “uma povoação muito grande pelo terreno, águas, muita terra para mantimentos e o rio que passa pelo pé dele [do distrito], navegável por toda a freguesia”. Nela constavam “12 vigários de provisão, três igrejas, um colado, 5.200 pessoas, sete capelas [...], engenhos de água quatro, de bois seis, de pilões dez, *roças quinhentas*, mais vinte ou menos”. Mas, a causa “da freguesia não ser maior do Tripuí [ribeirão de Vila Rica] para dentro [do sertão] tem sido o gentio, que não somente [não] deixa entrar a descobrimentos como arrasam o que já está povoado (COSTA MATOSO, 1999, p.258-260) (Grifos nossos)¹⁵”.

Figura 1 – Frentes de Conquista, Tribos Indígenas e Povoados nos Vales dos Rios Pomba e Piranga em Meados do Século XVIII



A condição de instabilidade da freguesia era inevitável por estar inserida entre a região mineradora e a área propícia à expansão de novos projetos econômicos. Os avanços dos colonos, com vistas ao apresamento e escravização de indígenas e a implantação da atividade agropastoril e/ou mineral sobre territórios dominados pelos índios e quilombolas, fizeram da tensão a principal característica do extenso espaço de fronteira da freguesia. O povoamento, marcado por uma série de avanços e retrocessos, esteve longe de se caracterizar por uma continuidade.

O elevado montante de lavradores em Guarapiranga (424), citado na Tabela 2, corrobora as proposições acerca dos primórdios da ocupação do vale do rio Piranga ao longo da primeira metade do século XVIII. Em pleno auge da exploração do ouro, esse fato contrapõe-se à determinação exclusiva da mineração no processo de avanço da ocupação e confirma a importância da atividade

¹⁵ Em 1749, foram listadas 5.536 pessoas na freguesia de Guarapiranga (15,3% da população do Termo de Mariana). O montante citado era apenas superado pelo da cidade de Mariana (7.339 ou 20,3% do total) (COSTA MATOSO, 1999, p.706-707).

agrária como estratégia de subsistência ou de produção de riqueza no alto vale do rio Doce. Como o fenômeno urbano em Guarapiranga não atingiu a densidade e o grau das vilas da região mineradora central, boa parte da sua produção agropecuária comercializável só pode ter sido destinada exatamente aos centros urbanos da região das minas que estavam mais próximos, notadamente Ouro Preto e Mariana. O valor da produção agrária trienal de Guarapiranga, da ordem de 108:208\$125 réis, era apenas superado pelo de Congonhas (191:293\$875 réis ou 8,29% da capitania), São João Del Rey (126:963\$000 ou 5,50% da capitania) e Paracatu (124:746\$375 ou 5,40% da capitania). Todas as freguesias citadas, com proporção no valor total da produção agrária da capitania acima de 4,5%, se localizavam nas áreas de fronteira (Paracatu e Piranga) ou muito próximas aos entrepostos (caminhos) e mercados de comercialização (São João e Congonhas). Apesar de Piranga dispor do quarto maior valor da atividade agrária entre as quarenta e oito freguesias apresentadas, em termos do montante médio pago por lavrador ela figurava em 32º lugar. A explicação para esta aparente contradição pode ser buscada na expressividade do seu setor camponês, notável na grande soma de roceiros avençados com valores diminutos no dízimo.

O acompanhamento temporal da produção agrária segundo as categorias dos produtores nos fornece evidências acerca do comportamento da atividade agropastoril mercantil nas freguesias. Durante o setecentos, Guarapiranga foi a única paróquia com título de freguesia no vale do Piranga (Mata), alto vale do rio Doce. Contudo, as freguesias de Itaverava e Sumidouro possuem dados desde 1750, motivo pelo qual foram agregadas às análises. Ambas possuíam limites que se confrontavam geograficamente com a freguesia de Guarapiranga: a primeira, igualmente posicionada numa área de fronteira aberta, vinculada ao Termo de São José, Comarca do Rio das Mortes (com a maior parte do seu território inserido na Mata), e a segunda, localizada no tradicional espaço da região das minas, pertencente ao Termo de Mariana, Comarca de Vila Rica.

Os dízimos das freguesias de Guarapiranga, Sumidouro e Itaverava entre os anos de 1750 e 1828, distribuídos conforme as duas categorias de lavradores definidas na metodologia (\leq 9\$600 réis, camponeses roceiros, e $>$ 9\$600 réis, médios e grandes lavradores ou fazendeiros), estão apresentados, respectivamente, nas Tabelas 3, 4 e 5. Por volta de 1750, a participação dos roceiros nos circuitos da produção agropecuária mercantil ainda se mostrava bastante restrita. A inserção mercantil era esporádica, depreendendo-se que a agropecuária nessa categoria esteve voltada, especialmente, para o auto-consumo. Os pequenos lavradores, avençados com valor igual ou inferior a 9\$600 réis, não passaram de 167 ou 39,4% do total em Piranga, 68 ou 37,0% em Itaverava e 74 ou 33,3% no Sumidouro. A proporção do valor pago por essa faixa sobre o montante total foi bastante irrisória: 295\$750 réis ou 8,2% em Piranga, 129\$000 ou 7,6% em Itaverava e 128\$075 ou 4,5% no Sumidouro.

Os médios e grandes lavradores, em contrapartida, responderam tanto pela maior parte do número de dizimados (variando entre 60,6% do total em Piranga a 66,7% no Sumidouro), quanto pela maior proporção do montante pago (entre 91,8% do total na primeira freguesia a 95,5% na segunda). A discrepância elevada entre as duas faixas de lavradores pode ser observada se tomarmos o indicador do valor médio pago por cada faixa. No caso dos roceiros, ele não ultrapassa 1\$897 réis (freguesia de Itaverava), enquanto no âmbito dos médios e grandes lavradores atinge 18\$572 réis (freguesia do Sumidouro). Nesta, a disparidade é maior, pois se encontram os dois extremos: menor valor médio dos roceiros (1\$731) e maior valor médio dos fazendeiros (18\$572).

A desigualdade entre os lavradores pode ainda ser notada nos valores individuais avençados. Na freguesia do Sumidouro, em 1750, João Francisco Lopes pagou uma oitava (ou 1\$200 réis), ao passo que o guarda mor Maximiano de Oliveira foi avençado em 550 oitavas (660\$000 réis)¹⁶. Disparidades semelhantes se reproduziram, em menor grau, em Itaverava e Guarapiranga. Nesta última, encontra-se entre os valores diminutos uma população “desclassificada” pagando dízimo, diferenciada nos registros por denominações tais como pardo, agregado, forro, crioulo e preto forro, indicando, portanto, a possibilidade da formação de ocasionais excedentes comercializáveis por esses personagens excluídos do meio social¹⁷.

¹⁶ APM, CC, Livro 2040, Re. 25 e 105.

¹⁷ APM, CC, Livro 2040. Ver os registros n. 77, 81, 82, 151, 209, 210, 249, 278, 295, 319, 325, 342, 348 e 412.

Tabela 3 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Piranga entre 1750 e 1828¹

Faixas	Itens	1750	%	1805	%	1828	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	167	39,4	483	85,6	417	78,7
	Valor Pago	295\$750	8,2	1:335\$038	46,3	1:433\$737	37,1
	Média	1\$771	-	2\$764	-	3\$438	-
> 9\$600 réis	Lavradores	257	60,6	81	14,4	113	21,3
	Valor Pago	3:311\$188	91,8	1:545\$638	53,7	2:431\$181	62,9
	Média	12\$884	-	19\$082	-	21\$515	-
Soma	Lavradores	424	100,0	564	100,0	530	100,0
	Valor Pago	3:606\$938	100,0	2:880\$676	100,0	3:864\$918	100,0

Fonte: APM, CC, Livro 2040. AN, CC, Livro 3047, Filme 174. AN, CC, Livro 278, Filme 29.

Tabela 4 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Sumidouro entre 1750 e 1826¹

Faixas	Itens	1750	%	1806	%	1826	%
≤ 9\$600 réis	Lavradores	74	33,3	156	93,4	62	71,3
	Valor Pago	128\$075	4,5	273\$900	51,9	189\$932	20,9
	Média	1\$731	-	1\$756	-	3\$063	-
> 9\$600 réis	Lavradores	148	66,7	11	6,6	25	28,7
	Valor Pago	2:748\$700	95,5	253\$950	48,1	720\$195	79,1
	Média	18\$572	-	23\$086	-	28\$808	-
Soma	Lavradores	222	100,0	167	100,0	87	100,0
	Valor Pago	2:876\$775	100,0	527\$850	100,0	910\$127	100,0

Fonte: APM, CC, Livro 2040. AN, CC, Livro 2720, Filme 153. AN, CC, Livro 011, Filme 03.

Tabela 5 – Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia de Itaverava entre 1750 e 1828¹

Faixas	Itens	1750	%	1772	%	1828 ²	%
≤ 9\$600 Réis	Lavradores	68	37,0	133	48,0	105	60,7
	Valor Pago	129\$000	7,6	206\$888	9,4	427\$072	20,8
	Média	1\$897	-	1\$556	-	4\$067	-
> 9\$600 Réis	Lavradores	116	63,0	144	52,0	68	39,3
	Valor Pago	1:561\$125	92,4	2:000\$450	90,6	1:625\$113	79,2
	Média	13\$458	-	13\$892	-	23\$899	-
Soma	Lavradores	184	100,0	277	100,0	173	100,0
	Valor Pago	1:690\$125	100,0	2:207\$338	100,0	2:052\$185	100,0

Notas: ¹ Os valores relativos a 1750 e 1772 são trienais, portanto, foram divididos por três para equipararem às avenças de 1805, 1806, 1826 e 1828 que foram anuais. ² Optou-se pela exclusão de 23 registros cujos lançamentos estavam apagados. Fonte: APM, CC, Livro 2039, Filme 129. AN, CC, Livro 675, Filme 47. AN, CC, Livro 176, Filme 23.

No bojo de uma sociedade extremamente hierarquizada, assimétrica e com relações de dependência envolvendo negociantes, mineradores, mineradores/agricultores, vendeiros, mascates, jornaleiros, escravos, rendeiros, agregados, parceiros, cultivadores livres etc, a desigualdade não se

restringiu apenas à atividade da mineração ou ao espaço urbano, mas esteve presente nas áreas rurais. Os inventários mostram um nítido contraste entre as fazendas, pertencentes aos médios e grandes lavradores, e os sítios, de propriedade dos camponeses. As primeiras eram imóveis “rurais de certa importância”, em que trabalhavam “numerosos escravos (SAINT-HILAIRE, 1975, p.95)”. Com base produtiva diversificada, auto suficiência e flexibilidade na alocação dos fatores produtivos, geralmente eram dotadas de extensão considerável (sesmarias ou posses nem sempre contínuas), matos virgens, grandes plantéis de cativos, terras minerais, casas de vivenda, moinho, senzalas, paiol, chiqueiros, casa com um ou dois pavimentos coberta de telhas, engenho de cana movido a água ou a tração animal, alambique, tenda de ferreiro, pomar, e até mesmo venda para o comércio da produção agrária etc. Em contrapartida, os sítios, modestas habitações “de gente de poucos recursos (SAINT-HILAIRE, 1975, p.95)”, às vezes possuíam, tão somente, uma casa de pau-a-pique coberta de capim ou de telhas, na maioria das vezes construída com troncos de árvores e paus entrelaçados com paredes rebocadas com barro, um rancho coberto de capim, um moinho, um monjolo, alguns “braços” ou “sorte” de terras, um chiqueiro etc.

A rigorosa estratificação econômica no espaço rural, notada nas diferenças entre as fazendas e os sítios, entre os inventários dos camponeses e fazendeiros ou entre a participação diferenciada dos lavradores na produção agrária mercantil, parece ter alguma associação com a mineração. Esta afirmação apóia-se na evidência do crescimento da importância dos pequenos lavradores (número de avençados e montante total pago pela categoria) a partir da crise da mineração, tomando por comparação os dados da primeira década de 1800 com os de 1750. Ao longo da segunda metade do século XVIII, as Tabelas 3, 4 e 5 mostram que a expansão da agropecuária ocorreu no âmbito do universo de lavradores, tendo em vista a retração dos montantes do dízimo, determinada pelo progressivo declínio das unidades escravistas e ascensão das unidades camponesas. Estas foram as principais responsáveis pelo avanço da fronteira e pelo crescimento da população.

No período entre 1750 e 1805, os roceiros na freguesia de Guarapiranga passaram de 167 (39,4% do total) para 483 (85,6% do total). Na primeira data, o montante avençado da categoria atingiu apenas 295\$750 réis ou 8,2% do total, ao passo que na segunda alcançou 1:335\$038 ou 46,3% do total (crescimento de 351%), com aumento do valor médio pago de 1\$771 para 2\$764. A categoria médios e grandes lavradores, por sua vez, exibiu redução na participação do conjunto dos dizimados, de 257 ou 60,6% para 81 ou 14,4%, e no valor avençado, de 3:311\$188 ou 91,8% para 1:545\$638 ou 53,7%. Apesar da retração do dízimo em geral (queda de 20,1%), houve incorporação de novos lavradores, os quais passaram de 424 para 524 (aumento de 23,6%). No ano de 1807, Guarapiranga ainda possuía um dos maiores, senão o maior número de lavradores da capitania, equivalente a 714. Expressivo era também o valor do dízimo: 3:206\$400 réis¹⁸. Os dois montantes refletem a importância assumida pela agropecuária praticada em pequenos estabelecimentos, a qual passou a ser predominante, e a consolidação de uma fronteira agrícola ocupada ao longo do século XVIII devido à grande extensão de terras cultiváveis e inproveitadas. Processo semelhante no comportamento da produção mercantil conforme as duas categorias de lavradores ocorreu no Sumidouro e em Itaverava, apesar da segunda freguesia não dispor de dados para o início do dezenove.

A crise da mineração contribuiu para promover uma desconcentração da produção agrária mercantil entre uma base ampliada de roceiros, atividade outrora extremamente monopolizada pelos médios e grandes lavradores. É presumível que a redução do dízimo durante a segunda metade do século dezoito sucedeu devido ao declínio do volume de ouro em pó disponível, principal moeda da capitania. No cálculo do rendimento dos dízimos da Capitania de Minas Gerais entre 1704 e 1776, o montante geral avençado começou a retrair por volta de 1745. Enquanto entre 1730-1740 ainda houve aumento, da ordem de 96,7%, entre os decênios de 1740-1750, 1750-1760 e 1760-1770 ocorreram decréscimos cada vez maiores, respectivamente, equivalentes a 12,0%, 17,1% e 18,4%¹⁹.

A conjuntura de retração da mineração permitiu uma maior participação dos roceiros nos circuitos do abastecimento interno, fato comprovado pela sua maior notabilidade nos registros do

¹⁸ AN, CC, Livro 299, Filme 32, Ft. 0934.

¹⁹ RAPM, v.8, 1903, p.516.

dízimo no princípio do dezenove. No entanto, duas observações são necessárias. A primeira é que o decréscimo generalizado de níveis de produção mais elevados (queda das avenças de maior valor nas unidades produtivas escravistas) não foi capaz de reduzir a distância entre os maiores e os menores produtores rurais, pois houve aumento na diferença do valor médio pago pelas duas faixas de lavradores. A segunda consideração apóia-se no fato de que a maior participação dos roceiros ocorreu também devido à perda de riqueza de parte dos médios e grandes lavradores, fato observado na redução do valor avençado de alguns com ocorrência repetida em mais de uma data, os quais foram empurrados, especialmente os médios, para a categoria dos roceiros, em que pese a emigração de fazendeiros para as áreas de fronteira da Comarca do Rio das Mortes ou do vale do Pomba. Os registros do dízimo mostram que a crise atingiu, sobretudo, o setor escravista, principal responsável pela atividade agropastoril destinada ao mercado interno. Segundo Carrara (2007, p.111), foi justamente neste setor que ocorreu o arrefecimento do escravismo, já que o crescimento demográfico esteve sustentado pela produção camponesa.

A “recuperação” da produção agrária dos médios e grandes lavradores é notável nos dados da década de 1820 quando houve uma concentração maciça na categoria dos mais afortunados (grandes lavradores). Este padrão também pode ser observado nos registros do dízimo de Santa Rita do Turvo (1833), São João Batista do Presídio (1830 e 1833) e Rio Pomba (1827, 1830 e 1833). Em relação ao princípio do oitocentos (ver principalmente os registros da Tabela 3), houve redução dos pequenos lavradores e da sua participação no montante total avençado, enquanto os médios e grandes lavradores apresentaram acréscimos em termos absolutos e no quesito montante total avençado.

Nas décadas de 1820 e 1830, os registros que mencionam alguma cultura apontam, quase que exclusivamente, a do café²⁰. Este passou a ser o principal, senão o único, produto de exportação. Quando comparados os registros com alusão ao café com aqueles do dízimo em geral sobressaiu uma maior concentração no primeiro, em função da elevação da diferença entre os valores médios avençados nas duas categorias de lavradores e da participação mais expressiva dos grandes e médios fazendeiros no conjunto total dos dizimados e no percentual do valor avençado. Ao contrário do difundido na historiografia, esta evidência empírica ainda comprova que o café já era plantado na parte norte da Mata desde o princípio do século XIX, decerto, no início, voltado para o mercado interno e sem expressão de cultivo monocultor, haja vista a acentuada diversificação e a auto-suficiência das fazendas dessa área à época.

Em termos evolutivos, é bastante provável que os roceiros, com dificuldades de escoamento da produção e tendo em conta a distância dos principais mercados, foram progressivamente excluídos dos circuitos mercantis. Por exemplo, nos dízimos da Barra do Bacalhau em 1835, encontramos registros de tropeiros e tropeiros-fazendeiros comprando a produção de café de vários lavradores. Na freguesia citada, o maior pagador de dízimo dessa cultura entre 1832 e 1835 foi o tropeiro e fazendeiro Ignácio José Pais, proprietário da Fazenda de Roque Soares. Ele foi avençado em 273\$400 réis, relativos a 1.920 arrobas de café assim distribuídas: “500 arrobas de café comprado a vários em várias partes” e 920 arrobas sem mencionar a origem²¹.

A partir da segunda metade do século dezenove, a expansão do campesinato esteve condicionada à disponibilidade de terras em áreas de fronteira, esgotada em função da colonização antiga da área e da própria expansão demográfica. A redução de matos virgens, o aumento do preço da terra, o parcelamento do solo e a pulverização dos bens do inventário afetariam a reprodução do seu modo de vida familiar.

²⁰ Registros com menção ao café ainda podem ser observados nos dados das freguesias do Sumidouro (1826), Piranga, Itaverava e São Miguel (1828) ou em relatos de viajantes que passaram pela área.

²¹ APM, CC, FP 009, Re. 104, 194, 203 e 204. Há outros valores expressivos como o de Francisco M. de Freitas (200\$000 réis de 1.330 arrobas), Antônio da Souza Lopes (141\$680 réis de 1.012 arrobas) etc.

V. Latifúndio e Formação Espacial Escravista no Vale do Paraibuna

O movimento de desbravamento do vale do rio Paraibuna remonta ao princípio da exploração do ouro na antiga região das minas. Muitos proprietários de escravos instalaram-se ao longo da estrada do Rio de Janeiro para Vila Rica, visando abastecer, especialmente, os viandantes e animais em suas jornadas às minas. As freguesias com registros de dízimo para a área são a do Caminho Novo, Simão Pereira e Engenho do Mato. A primeira contém os lançamentos da segunda metade do dezoito, enquanto a segunda e a terceira os da primeira metade do dezenove.

No triênio de 1750-3, a freguesia do Caminho Novo possuía, disparadamente, o maior valor médio da produção agrária mercantil por lavrador da capitania, equivalente a 1:490\$546 réis. Congonhas do Campo, freguesia com o maior valor da produção agrária em Minas Gerais, apresentou no mesmo ano uma média de 631\$333 réis²². O deslocamento de parte dos geralistas para esta área da Mata e o acompanhamento da sua produção agrária comercializável pode ser observado nos lançamentos do dízimo, a despeito da inexistência de informações para a primeira metade do século XVIII, momento inicial da ocupação. Na Tabela 6 estão representados os registros do dízimo do Caminho Novo entre 1750 e 1828, conforme as duas categorias de lavradores (\leq 9\$600 réis, camponeses roceiros, e $>$ 9\$600 réis, médios e grandes lavradores ou fazendeiros).

O intervalo compreendido entre a instalação dos primeiros sesmeiros e posseiros até por volta de 1784 pode ser tomado como o primeiro período de ocupação da área. Em 1750, o universo da agricultura mercantil no Caminho Novo esteve monopolizado pelos fazendeiros. Esta faixa, formada por apenas 19 lavradores, pagou sozinha o montante anual de 944\$013 réis. O valor médio avençado por lavrador, 49\$685, foi o mais elevado entre os das freguesias já analisadas, superando com ampla margem, inclusive, os de freguesias com produção agrária importante à época como São João Del Rey (12\$419), na Comarca do Rio das Mortes, e Congonhas do Campo (21\$050), na Comarca de Vila Rica²³.

O dízimo total do Caminho Novo no triênio de 1750-3 foi de 2:832\$038 réis. Apenas Manoel Gonçalves Chaves no Medeiros e o Reverendo José Machado de Moraes em Matias Barbosa pagaram 31,8% da quantia. O primeiro foi avençado em 500\$006 réis ou 416 $\frac{1}{2}$ oitavas e 5,5 vinténs de ouro e o segundo em 399\$975 réis ou 333 $\frac{1}{4}$ oitavas e 2 vinténs de ouro. Observando os registros no período entre 1750 e 1828 é provável que a estrutura fundiária estivesse mais concentrada até por volta do declínio da mineração (1770). Os relatos de Antonil (1966, p. 288-290), em 1711, e de Francisco Tavares de Brito no código Costa Matoso (1999, p.903-904), em 1749, deixam subentendido a ocorrência de uma paisagem agrária caracterizada pelo predomínio de latifundiários (militares, nobres, alto clero, ocupantes de cargos da alta administração etc). Ao contrário do que afirmou Souza (2003, p.21), potentados com grandes cabedais monopolizavam as terras entre o rio Paraibuna e a Borda do Campo a exemplo de Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, capitão José de Souza, alcaide mor Tomé Correa, Azevedo, Manoel Correia, Manoel de Araújo, Bispo, Medeiros, Luís Fortes (Juiz de Fora), Antônio Moreira, Gonçalves, Queiroz etc.

As unidades produtivas escravistas no caminho, em consonância com a vocação pecuarista do Termo de São José e, mais tarde, de Barbacena, se dedicavam, principalmente, à criação de gado e ao plantio do milho para o abastecimento dos animais e viandantes ao longo da estrada e, em menor grau, da população nas minas. Geralmente dispunham de tenda de ferreiro e ainda prestavam serviços como o comércio de mercadorias comestíveis nas vendas, o pouso para viajantes nos ranchos, o aluguel de pastos etc.

²² Os valores de todas as freguesias de Minas no triênio de 1750-3 foram apresentados na Tabela 2.

²³ APM, CC, Livro 2039, Filme 128, v.30.

Tabela 6 - Créditos dos Dízimos da Fazenda Pública por Faixas de Lavradores, Freguesia do Caminho Novo (1750-1828)¹

Faixas	Itens	1750	%	1753	%	1773	%	1784	%
≤ 9\$600 Réis	Lavradores	0	0	0	0	9	34,6	34	54,0
	Valor Pago	0	0	0	0	17\$600	2,6	59\$788	8,5
	Média	-	-	-	-	1\$956	-	1\$758	-
> 9\$600 Réis	Lavradores	19	100	22	100	17	65,4	29	46,0
	Valor Pago	944\$013	100	872\$538	100	665\$850	97,4	644\$500	91,5
	Média	49\$685	-	39\$661	-	39\$168	-	22\$224	-
Soma	Lavradores	19	100	22	100	26	100	63	100
	Valor Pago	944\$013	100	872\$538	100	683\$450	100	704\$288	100

Faixas	Itens	1813	%	1818	%	1828²	%
≤ 9\$600 Réis	Lavradores	122	64,9	272	84,7	139	56,0
	Valor Pago	465\$275	18,2	763\$474	43,3	656\$166	17,6
	Média	3\$814	-	2\$807	-	4\$721	-
> 9\$600 Réis	Lavradores	66	35,1	49	15,3	109	44,0
	Valor Pago	2:095\$342	81,8	998\$221	56,7	3:076\$160	82,4
	Média	31\$748	-	20\$372	-	28\$222	-
Soma	Lavradores	188	100	321	100	248	100
	Valor Pago	2:560\$617	100	1:761\$695	100	3:732\$326	100

Notas: ¹ As avenças de 1750, 1753, 1773 e 1784 foram trienais, enquanto as de 1813, 1818 e 1828 foram anuais. Portanto, os valores das primeiras foram divididos por três. Os registros do dízimo referentes às avenças trienais estão lançados na freguesia do Caminho Novo, enquanto os das avenças anuais se encontram lançados nas freguesias do Engenho do Mato e Simão Pereira. Por isso, agregamos os dados das duas últimas freguesias citadas. ² A ausência de registros para Engenho do Mato em 1828 levou-nos a adotar os que foram lançados em 1827. Fonte: APM, CC, Livro 2039, Filme 129. AN, CC, Livro 2043, Filme 131. AN, CC, Livro 675, Filme 47. AN, CC, Livro 4190, Filme 643. AN, CC, Livro 246, Filme 26. AN, CC, Livro 02, Filme 01. AN, CC, Livro 3268, Filme 190. AN, CC, Livro 102, Filme 14.

A partir dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII, observa-se na Tabela 6 uma redução no valor do dízimo. Comparando-se os dados entre 1750 e 1753, houve retração na quantia total avençada (de 944\$013 réis para 872\$538) e no valor médio pago (de 49\$685 para 39\$661), apesar de um pequeno acréscimo de três lavradores na categoria dos fazendeiros que ainda continuaram a monopolizar exclusivamente a produção agrária mercantil. Dos 14 nomes que encontramos correspondência entre as duas datas, sete mantiveram os valores anteriores e a outra metade exibiu redução no montante avençado. Exemplificando a segunda situação comparecem Francisco Coelho Gomes e Francisco Gomes Martins cujos valores trienais retraíram de 130\$800 réis para 109\$988 e de 110\$006 para 72\$000, respectivamente²⁴. Não obstante, ainda encontramos valores elevados como o de Domingos Gonçalves Chaves no Medeiros (muito provavelmente parente do citado Manoel Gonçalves Chaves em 1750) que foi avençado em 460\$013 réis ou 383 ¼ oitavas e 3 vinténs de ouro²⁵.

Após vinte anos, em 1773, alguns fazendeiros isolados tiveram acréscimo no valor avençado, a exemplo do alferes Francisco Gonçalves Lage cuja avença trienal passou de 190\$013 réis em 1753 para 399\$975 em 1773²⁶. Contudo, a partir desta data é notório um padrão de desconcentração da atividade agropecuária, semelhante ao evidenciado para as freguesias do vale do rio Doce. A despeito do pequeno aumento dos médios e grandes lavradores, que passaram de 22 para 26, ocorreu uma redução do valor anual total avençado na referida categoria (de 872\$538 para 683\$450 réis) e uma incipiente participação dos roceiros. Esta faixa, representando 34,6% do total, pagou apenas 17\$600, 2,6% do montante geral, com um valor médio equivalente a 1\$956: quantia praticamente inexpressiva frente à paga pelos fazendeiros (39\$168). Mas, foi a primeira vez a partir da qual passamos a encontrar valores muito diminutos como o de Paulo José Ferreira, na rocinha de Simão Pereira, que no triênio foi avençado em 3\$600 réis²⁷. Alguns dos novos migrantes que se deslocaram para a Mata sul também dispunham de grande cabedal como o capitão mor Manoel do Vale Amado, em Matias Barbosa, e o Tenente Antônio Ferreira da Silva, em Juiz de Fora. O primeiro foi avençado em 240\$000 réis e o segundo em 270\$000 no triênio²⁸.

O primeiro período de ocupação da área pode ser encerrado em 1784. Nesta data, embora tenha havido pequeno aumento no montante total do dízimo, que passou de 683\$450 réis em 1773 para 704\$288 em 1784, há uma retração na faixa dos médios e grandes lavradores, tanto no montante pago (de 665\$850 para 644\$500) quanto, principalmente, no valor médio (de 39\$168 para 22\$224), apesar do aumento no conjunto total de 17 para 29²⁹. Novamente, os registros do dízimo mostram que a crise, advinda do arrefecimento da circulação de ouro em pó, atingiu, especialmente, o setor escravista, principal responsável pela atividade agrária destinada ao abastecimento interno.

No intervalo entre 1773 e 1784, os resultados relativamente altos decorreram, sobretudo, da maior participação de pequenos lavradores. Nesta categoria, houve aumento no conjunto dos roceiros, de 09 (34,6%) para 34 (54,0%), e do valor avençado, de 17\$600 para 59\$788 réis. Registra-se uma pequena redução no valor médio pago (de 1\$956 para 1\$758), mas não a ponto de comprometer o desempenho crescente do grupo (bem diferente nos registros de 1750 e 1753). Não obstante a maior participação dos roceiros, que cresceu num ritmo mais acentuado do que os médios e grandes lavradores, observam-se na categoria dos fazendeiros alguns nomes novos, provavelmente oriundos da antiga região das minas e com grandes posses como os capitães José Vidal de Barbosa e José Pinto de Souza que foram avençados, respectivamente, em 271\$200 e 192\$000 réis³⁰.

²⁴ APM, CC, Livro 2039, Filme 129, v.30, Re. 02 e 07. AN, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 0131, Re. 11 e 22.

²⁵ AN, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 0131, Re. 19.

²⁶ AN, CC, Livro 2043, Filme 131, Ft. 0131, Re. 21. APM, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 16.

²⁷ AN, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 15.

²⁸ AN, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 17 e 19.

²⁹ Cite-se como exemplo o fazendeiro alferes Francisco Gonçalves Lage cujo valor avençado reduziu de 399\$975 para 180\$000 réis (queda de 54,9%). AN, CC, Livro 675, Filme 47, Re. 16. AN. CC, Livro 4190, Filme 643, Ft. 0363, Re. 26. É necessário mencionar que no ano de 1784, no valor avençado do alferes ainda estava incluído o de outros irmãos.

³⁰ AN, CC, Livro 4190, Filme 643, Ft. 0363, Re. 21 e 33.

A crise da mineração, que culminou por volta das décadas de 1770/80, advinda da redução da disponibilidade de ouro em pó, acarretou a retração da atividade agropecuária mercantil ao longo da principal rota de comunicação e de abastecimento da região das minas, estimulando e abrindo espaço para uma maior participação dos roceiros na produção mercantil, especialmente no final do século XVIII e início do XIX. O declínio da atividade agropastoril parece ter se estendido até o princípio do dezenove quando os registros deixados por viajantes como Mawe, em 1809, e Saint-Hilaire, em 1816 e 1822, manifestaram o desleixo com a terra e a condição precária das moradias na área em questão. Observação semelhante foi destacada por Eschwege (2002, p.230 e 238), ao passar pela fazenda do Juiz de Fora em 1811. O mineralogista mencionou que ela parecia “estar entrando em decadência”. Próximo a Simão Pereira, Saint Hilaire (1975, p.50) afirmou que no cume de um morro “a encosta, outrora cultivada, não nos oferecia mais que arbustos”. Nas imediações da venda do Juiz de Fora, ele relatou que “mais longe” notava-se “uma capela abandonada e as ruínas de um engenho”. No trajeto da estrada do Comércio, entre Rio Preto e a vila de Ibitipoca, a situação era similar. Saint Hilaire (1974, p.30) descreveu suas percepções de algumas fazendas como as da Rancharia, do Brumado e do Tanque. As duas primeiras se encontravam “em muito mau estado”, apesar de outrora “terem sido importantes”. A terceira também aparentava “ter tido outrora, alguma importância”, mas à época caía “em ruínas”.

As explicações para o abandono de capelas, casas estragadas ou de sapé, engenhos em ruínas etc pode ser atribuída a um abalo econômico sofrido pelo espaço em estudo, em função do declínio da mineração e da circulação de ouro em pó, apesar de não descartarmos o fato de que em zonas de fronteira, portanto, com ocupação em marcha, os estabelecimentos quase sempre apresentam benfeitorias incompletas. O quadro profundamente desigual da estrutura fundiária neste trecho do caminho, notado por Saint-Hilaire (1975, p.43 e 47) em 1816, do mesmo modo é fator a ser acrescentado. Entretanto, soa mais provável que a retração do mercado consumidor, tanto dos espaços urbanos da antiga região das minas quanto nos caminhos de acesso a elas, produziu uma desestruturação da atividade agropastoril nas áreas periféricas.

O intervalo entre 1784 e as duas primeiras décadas do século XIX pode ser tomado como o segundo período de ocupação da área cuja característica marcante foi a maior visibilidade dos roceiros no âmbito da agricultura mercantil, impulsionada pela expansão do mercado interno. Analisando as duas faixas de lavradores entre a primeira data mencionada e 1813 observa-se que o maior aumento percentual foi na categoria dos roceiros cujo conjunto passou de 34 (54,0%) para 122 (64,9%). O valor avençado na respectiva categoria elevou-se de 59\$788 (8,5%) para 465\$275 réis (18,2%) e a importância média paga de 1\$758 para 3\$814 réis.

Não houve apenas uma maior visibilidade dos roceiros já estabelecidos na área, mas uma migração expressiva de população, num movimento centrífugo da antiga região das minas em direção às freguesias de Simão Pereira e Engenho do Mato, parte dele captado pelos registros do dízimo em 1813. Saint-Hilaire (1975, p.51), em 1816, ressaltou que desde 1746, ano em que se deslocou o Registro da Mantiqueira para Matias Barbosa, “uma numerosa população se fixou aquém do [segundo] registro”. No caso da paróquia de Simão Pereira, o naturalista fez a seguinte observação:

Antigamente, [ela] compreendia o pequeno número de casas situadas à margem do caminho; mas, desde a chegada do Rei D. João VI ao Rio de Janeiro, ela recebeu um considerável acréscimo de população. Mais de quatrocentos homens livres com outros tantos escravos aí vieram estabelecer-se de diferentes partes da Província de Minas, atraídos pela fertilidade das terras, pelas vantagens que oferece a vizinhança da capital e a de não pagar nenhuma taxa, morando além do registro de Matias Barbosa (SAINT-HILAIRE, 1975, p.50).

O deslocamento migratório maciço remonta a 1746, mas os roceiros só começaram a participar da produção mercantil com a crise da mineração na década de 1770. Após esta data, o Caminho Novo, parte integrante da Comarca do Rio das Mortes, espaço prioritário do movimento de população da antiga região das minas, se beneficiaria da proximidade do proeminente mercado

consumidor do Rio de Janeiro. Após 1770, a população da maioria dos distritos mineradores antigos declinou ou estagnou. O inverso ocorreu nas freguesias localizadas em áreas de fronteira que experimentaram crescimento populacional, sobretudo na Comarca do Rio das Mortes. De maneira especial, é entre 1776 e 1808 que a comarca citada apresentou o maior crescimento populacional (87%). No caso dos registros dos dízimos do Caminho Novo, entre 1784 e 1813 houve um acréscimo de 363,6% no montante total avençado que passou de 704\$288 para 2:560\$617 réis.

No período entre 1784 e 1813, assim como os roceiros, a categoria dos médios e grandes lavradores experimentou acréscimo significativo no valor total avençado, passando de 644\$500 réis para 2:095\$342. Em termos percentuais, todavia, houve redução de 91,5 para 81,8% na participação sobre o valor total do dízimo. Do mesmo modo, houve retração percentual de 46,0 para 35,1% na participação da categoria sobre o conjunto geral, não obstante o aumento de 29 para 66 lavradores. A explicação para este crescimento absoluto reside no amplo movimento migratório de elites vinculadas historicamente à mineração na Província de Minas, como as dos Termos de Barbacena e São João Del Rey. Elas se aproveitariam da condição de fronteira aberta da área para acumularem terras, do seu prestígio político para receberem sesmarias e da principal via de acesso ao mercado do Rio: o Caminho Novo.

No decorrer do setecentos, o abastecimento dos viajantes ao longo do caminho seria suplantado pela atividade de envio de gado, porcos, toucinho e queijos pelos lavradores (tropeiros) com suas tropas de burros à capital do Império. Isto indica que antes do avanço do café no sul da Mata, os lavradores já se encontravam engajados na atividade agropastoril de alimentos. No princípio do dezenove, o plantio da rubiácea surgiu como a principal alternativa econômica lucrativa e as elites acompanharam o crescimento vertiginoso dessa cultura no vale do Paraíba e se aproveitaram dos altos preços alcançados por ela no mercado internacional. Conforme os registros do dízimo, o terceiro período de ocupação da área, impulsionado pelo plantio do café, inicia-se a partir da segunda década do século XIX. Saint-Hilaire (1975, p.25), em 1819, fez a seguinte observação sobre o Caminho Novo:

É difícil encontrar uma estrada mais freqüentada do que a que liga Porto da Estrela a Minas [Caminho Novo] [...] *[A estrada] ganhou importância depois que se iniciou o cultivo do algodão em Minas Novas e começou a exportação de café no sul da Província de Minas, atividades essas que, à época de minha estada no Brasil, tinham sido iniciadas havia poucos anos.* No dia em que pernoitei no rancho Boa Vista da Pampulha, cento e trinta mulas estavam ali reunidas. Diga-se de passagem que o rancho não é dos maiores da região. Por aí se pode fazer uma idéia da prodigiosa quantidade de burros de carga que deveriam estar em marcha em toda a extensão da estrada (SAINT-HILAIRE, 1975, p.23) (Grifos nossos).

Entre 1784 e 1813, apesar da maior participação dos roceiros no conjunto dos lavradores em geral, há um crescimento acentuado do dízimo que passou de 704\$288 para 2:560\$617 réis, comandado, justamente, pela faixa dos fazendeiros (em 1784 eles pagaram 644\$500, em 1813, 2:095\$342). O padrão a partir de 1813 parece ser o de mercantilização crescente da agropecuária, à exceção de 1818, ano de baixa geral na categoria dos médios e grandes lavradores. O crescimento da produção agropastoril de caráter exclusivamente mercantil e a expansão da cafeicultura de base escravista a partir da primeira década do oitocentos criariam os elementos necessários para a formação de um novo núcleo agrário no sul da Mata, baseado no padrão agroexportador.

Entre 1818 e 1828, o dízimo passou de 1:761\$695 para 3:732\$326 réis (acrécimo de 111,9%), enquanto os lavradores reduziram de 321 para 248 (queda de 22,7%). Esses números significam concentração da produção agropecuária, fato semelhante ao observado para as freguesias dos vales dos rios Doce e Pomba na mesma época. Segundo Andrade (2006, p.12), dos 214 registros paroquiais de terras pesquisados para Santo Antônio do Paraibuna (Caminho Novo) entre 1854-1857, as referências mais antigas à compra de propriedades na área reportavam-se à segunda metade da década de 1830, sugerindo ter sido por volta desse ano que a terra se tornou efetiva “mercadoria”, influenciando, portanto, no comportamento regressivo da pequena produção mercantil.

No âmbito dos roceiros houve uma maior seletividade da participação na agricultura mercantil entre 1818 e 1828: de 272 (84,7%) eles retraíram para 139 (56,0%). Apesar da redução no montante avençado, de 763\$474 para 656\$166 réis, o crescimento do valor médio pago pelos pequenos lavradores foi acentuado, passou de 2\$807 para 4\$721. Em 1828 e a partir desta data, é presumível que somente os agricultores com disponibilidade de terras (especialmente matos virgens), mão-de-obra cativa e recursos passaram a participar da agricultura mercantil, respondendo pelo crescimento da cultura do café.

Era de se esperar que a mercantilização da agropecuária atingisse maior grau entre os médios e grandes lavradores. Entre 1818 e 1828, eles passaram de 49 (15,3%) para 109 (44,0%). O valor avençado na segunda data, 3:076\$160 réis (82,4% do total), foi 208,2% superior aos 998\$221 (56,7% do total) da primeira. Houve também um crescimento expressivo da quantia média paga que saltou de 20\$372 para 28\$222. O exemplo mais evidente do novo proprietário fundiário escravista é o do coronel José Inácio Nogueira da Gama, de Simão Pereira, detentor de 17 sesmarias e de 394 cativos na lista de 1831. Entre 1816 e 1818, o coronel pagou o valor de 100\$000 réis anuais em dízimos. Em 1827, foram 606\$400 réis e, em 1828, 1:037\$600 réis. A maior parte dessas quantias tributava a sua produção de café³¹.

O cultivo de produtos alimentares para o mercado interno também esteve presente no sul da Mata, como atesta o relatório do Presidente de Província em 1871. No documento consta que em Juiz de Fora, além da “grande cultura do café”, “a leste e a nordeste” ocorria a produção de gêneros de abastecimento, voltados para o consumo no município, além da criação de gado suíno que se exportava para os municípios vizinhos e para o Rio de Janeiro³². Apesar dessa evidência, era a economia baseada na agroexportação que atraía os maiores investimentos, notadamente em terras e cativos. Gardner (1975, p.241), ao visitar algumas propriedades de grandes cafeicultores no sul da Mata em 1841, relatou que a produção dos cafezais na Fazenda de Lourical, pertencente a Custódio Leite Ribeiro (Barão de Aiuruoca), atingiu dez mil arrobas por ano, e na de Francisco Leite Ribeiro, onze mil, além da produção “considerável” de queijo, açúcar e aguardente, vendidos principalmente ao mercado do Rio de Janeiro. O segundo fora apontado pelo viajante como um dos homens mais ricos da Mata. Muito provavelmente, essa condição poderia ser estendida para a província.

No sul da Mata, engendrava-se uma nova roupagem para um velho personagem do espaço agrário que também viria monopolizar as relações mercantis do café. Famílias como os Monteiro de Barros, Ferreira Leite, Tostes, Cerqueira Leite, Vale Amado, Vidal Lage (Costa Lage, Gonçalves Lage) acumularam, além de terras e escravos, prestígio político, titulações de barões e viscondes e cargos administrativos. Segundo o viajante Gardner (1975, p.239-241), alguns estiveram à frente da construção da rede viária para o escoamento da sua produção de café, como o Coronel Custódio Leite Ribeiro. Parte das suas fortunas não provinha apenas de capitais oriundos de outras regiões vinculadas à mineração e das atividades mercantis de alimentos e agroexportadora do café, mas de fraudes cometidas contra o fisco.

No processo de valorização dos imóveis rurais pela cafeicultura, a formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio, pois segundo Martins (1996, p.68), “além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café”. Sesmeiros e posseiros lucraram com a venda de terras adquiridas gratuitamente ou a preço irrisório. O novo proprietário fundiário escravista do sul da Mata foi resultado do apossamento de terras, do sistema de mercês e honrarias que conferiu cargos burocráticos e não raro facultou a concessão de sesmarias, da monopolização da mão-de-obra cativa e do comando exclusivo de largas fatias do mercado, seja na produção de alimentos, seja na nova atividade econômica, o café. A origem da sua riqueza remonta à mineração na antiga região das minas e se consolidou com a passagem do trabalho escravo para o livre,

³¹ AN, CC, Livro 02, Filme 01, Ft. 0353, Re. 01. AN, CC, Livro 3268, Filme 190, Ft. 0338, Re. 01. AN, CC, Livro 102, Filme 14, Ft. 0929, Re. 117.

³² RELATÓRIO que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Presidente da Província, Antônio Luiz Afonso de Carvalho, na Sessão Ordinária do dia 2 de Março de 1871. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871.

momento no qual se fundaram mecanismos de dominação política e social como a parceria, a meação etc.

VI. Considerações Finais

Na literatura histórica criou-se o dogma de que a ocupação da Mata só ocorreu no decorrer das primeiras décadas do século XIX com a introdução do café, devido à crise da mineração e ao afrouxamento das proibições portuguesas de devassamento da área. Todavia, já nos primeiros tempos da descoberta do ouro, a Mata foi um espaço instável, dinâmico, com surtos variáveis de ocupação territorial. A sua posição geográfica, borda da região mineradora, conferiu-lhe a condição de *área de trânsito* cuja característica principal foi a *mobilidade* da população. A primeira acepção da região remonta ao período colonial e está pautada no critério físico ou natural, advinda dos maciços florestais da mata atlântica, com suas características peculiares de topografia, geologia, clima e hidrografia. O conteúdo da sua organização territorial também pesou na conformação da distinção regional. Era notável a predominância de várias unidades produtivas com atividade voltada para o consumo e/ou para o abastecimento de mercados intra-regionais criados pelos centros urbanos ou pela circulação de viajantes e animais.

Na expansão do povoamento podem ser reconhecidos três períodos distintos. O primeiro, entre 1694 e 1750, é caracterizado pelo deslocamento da ocupação para as áreas de fronteira, no entorno da região mineradora (freguesia de Guarapiranga) e no caminho de acesso às minas (freguesia do Caminho Novo). O segundo compreende o intervalo entre 1750 e 1813 e pode ser assinalado pela migração dos habitantes da antiga zona da mineração para as fronteiras do Caminho Novo e do Termo de Mariana (da área circunvizinha a esta vila para os vales dos rios Doce e Pomba e do Termo de São José, freguesias de Borda do Campo e Itaverava, para o vale do Pomba). Após a primeira década do dezenove localiza-se o terceiro período que se inicia com a migração de grandes proprietários de terras, de escravos e de datas auríferas dos Termos de Ouro Preto, Barbacena e São João Del Rey para o vale do Paraíba cuja conseqüência principal foi a formação de um novo núcleo agrário agroexportador no sul da Mata.

A mineração impôs uma sociedade diversificada, interdependente, mas bastante hierarquizada e assimétrica. O aspecto principal dessa estrutura, a desigualdade, transpôs os espaços urbanos do ouro e se estendeu à agropecuária no espaço rural, marcado pelas profundas diferenças entre os senhores de terra, escravos, rendeiros, agregados, parceiros, cultivadores livres, indigentes etc ou pela participação diferenciada dos camponeses roceiros e dos fazendeiros no suprimento de gêneros destinados ao mercado. Os pequenos lavradores participaram da atividade agropastoril mercantil, mas com uma inserção comercial bastante esporádica e produção voltada especialmente para o auto-consumo. Eles ganharam maior visibilidade após a crise da mineração em 1750, quando os setores do modo de produção dominante retraíram-se para níveis mais baixos de mercantilização, com a conseqüente redução dos valores avançados no dízimo. A expansão e a desconcentração da agropecuária podem ser notadas na primeira década do século XIX. Os roceiros se tornaram maioria e ampliaram o tributo avançado na categoria. Todavia, o controle da maior parte do abastecimento interno ainda se encontrava nas mãos de poucos médios e grandes lavradores.

Se até por volta do princípio do século dezenove houve retração dos médios e grandes lavradores no conjunto total, com alguns migrando para outras regiões, e expansão de formas camponesas no âmbito da produção agrária mercantil, a partir da segunda década do oitocentos, além de ter havido uma maior seletividade na categoria dos pequenos lavradores, eles experimentaram retração, tanto na proporção dos dizimados quanto no montante avançado no dízimo. Neste período, os registros que mencionam alguma atividade apontam, quase que exclusivamente, a do café: principal produto exportável. No bojo da expansão da rubiácea, a agropecuária mercantil apresentou novos sinais de concentração, protagonizada pelos extratos sociais dos médios e grandes lavradores, melhor aparelhados para a comercialização em mercados mais longínquos. Eles se apropriaram do crescimento vertiginoso da cultura (preços e produção), com sua riqueza acompanhando a valorização do café, dos escravos e do alqueire de terras.

VII. Referências Bibliográficas

AGUIAR, José Otávio. **Points de Vie Étrangers: A Trajetória de Vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836)**. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em História), FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras, Mariana, 1750 a 1850**. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. Formação de Estruturas Agrárias e seu Dinamismo na Zona da Mata Mineira (Juiz de Fora e Muriaé, Século XIX). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BLASENHEIM, Peter Louis. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. 1982. 372 f. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, Stanford University, Stanford, 1982.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002. p.19-38.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currals: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. **Os Sertões de Leste: achegas para a história da Zona da Mata**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

COSTA, Iraci del Nero da. **Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr**. São Paulo: NEHD; FEA; USP, 1995.

COSTA MATOSO, Caetano da. **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.

ESCHWEGE, Wilhelm L. von. **Jornal do Brasil, 1811-1817**. Belo Horizonte: FJP, 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Campesinato europeu, séculos XVI e XVII: algumas notas historiográficas sobre economia e cultura popular. CHEVITARESE, André L. (Org.). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002. p.117-128.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

GEOMINAS. **Base de Dados do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste**: estudo de uma Região, a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

OLIVEIRA, Luís Henrique de. **Nas Malhas da Incerteza**: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820). 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e Regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v.1, n.1, p. 1-13, jan./jul. 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.9, p.189-230, 1962.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**: sociologia política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia, 1910-1925). Madri: Alianza Editorial, 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...**: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920). 2003. 308 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v.1.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...**Caxambu: ANPOCS, 1996.